

CARIDADE CRISTÃ: O JORNAL ZERO HORA E OS DISCURSOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gabrielly da Fontoura Winter - UNISC ¹

Betina Hillesheim - UNISC ²

RESUMO: O presente trabalho tem o intuito de apresentar um recorte das análises preliminares de uma pesquisa de mestrado que vem sendo realizada no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Tomando como base teórica os estudos pós-estruturalistas e tendo como materialidade de análise as edições diárias do jornal Zero Hora, no período de três meses (de fevereiro a abril de 2015), o trabalho se propõe a pesquisar quais são os discursos que circulam sobre as Políticas de Assistência Social nesta mídia impressa. Em uma primeira incursão nos dados produzidos, foi possível observar como os discursos sobre a Assistência Social e garantia de direitos ainda estão fortemente vinculados às práticas de caridade.

Palavras- chave: Políticas Públicas, Assistência Social, Caridade, Mídia impressa, Relações de Poder.

“ Deus poderia ter feito ricos todos os homens, mas quis que houvessem pobres para que os ricos pudessem, assim, redimir-se de seus pecados.” (VIE DE SAINT ÉLOU apud CASTEL, 2003. p. 64)

De acordo com Sposati et al (1985), a solidariedade aos necessitados caracteriza-se como uma prática muito antiga na humanidade, sendo possível observar, ao longo da história, diversas formas de constituição da moral, em diferentes épocas e sociedades. A Igreja Católica inaugura e consolida as suas práticas de assistências durante a Idade Média, através da caridade. Acreditava-se que o ato de dar esmolas era a maneira mais rápida e segura de se chegar a Deus e, desta forma, conseguir a salvação eterna, ou seja, a benesse era feita em benefício próprio, de forma seleta e pontual. Era ainda responsável pela distribuição destes donativos aos pobres e encarregada do cuidado

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação – Mestrado, UNISC, bolsista PROSUP/Bolsa. E-mail: gabywinter@hotmail.com

² Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós Graduação em educação – Mestrado – UNISC. Doutora em Psicologia (PUCRS). E- mail: betinah@unisc.br

destas almas perdidas. (MELLO, 2012).

Lobo (2008) frisa que “a caridade jamais teve a pretensão de erradicar a pobreza, mas viver dela, nesta e na vida eterna” (p. 295). Uma vez que a caridade trazia benefícios para ambos os lados, aos pobres que tinham algumas de suas necessidades atendidas, bem como o entendimento de que o sofrimento pela pobreza os traria redenção divina, enquanto que já os nobres davam suporte os mentecaptos, miseráveis e demais infames que necessitassem, utilizando tal ajuda como forma de elevar o seu status social, obtendo uma série de benefícios na vida terrena e na divina. Mas isso não quer dizer que os pobres eram queridos, na maioria dos casos apenas eram utilizados.

Um exemplo desta utilização dos miseráveis pelos nobres era a Irmandade de Misericórdia, uma instituição que atribuía prestígios e ganhos aos seus membros. O status social dos participantes se dava, visto que para fazer parte desta era necessário comprovar sua dignidade e integridade, se enquadrando em uma série de normas, entre elas, não ser criminoso, nem ter sido escravo ou casado com pessoa de má reputação, ou negra, além de saber ler e escrever, possuir bens para contribuir com o funcionamento da irmandade, ser temente a Deus, entre outros. Regras estas que, de acordo com Lobo apud Lockmann (2013), eram feitas principalmente através do “status de pureza do sangue (não ter ascendência não branca, judia ou moura)” (p.188).

Conforme Cruz e Guareschi (2009), quando o Estado passa a intervir no social é em função das transformações econômicas e sociais decorrentes da reconfiguração do trabalho com a Abolição da Escravatura e a emergência de uma massa de trabalhadores assalariados compostos por negros libertos e imigrantes europeus.

No caso do Brasil, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS- Lei nº 8.742), aprovada em 1993, coloca a proteção social como um mecanismo contra as formas de exclusão social que decorrem de certas intercorrências da vida, tais como a velhice, a doença, a adversidade, as privações. Assim, a assistência social passa a ter caráter universal, ainda que seletivo, para quem dela necessite.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) engloba a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Gerencia também a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantém atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concede certificação a entidades beneficentes, quando é o caso. (BRASIL, 2010).

Para a realização desta pesquisa, optou-se por utilizar como materialidade de análise o jornal Zero Hora, buscando-se diariamente por reportagens, colunas e seções alusivas às Políticas Públicas de Assistência Social que fossem publicadas no caderno principal do jornal, no período de fevereiro a abril do ano corrente. A escolha do referido jornal se deu pelo fato do mesmo ter circulação diária no Rio Grande do Sul e um amplo público leitor, além de fazer parte do grupo Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), maior complexo multimídia do sul do País. Dessa forma, os discursos que aparecem no jornal são referenciados em todos os outros veículos de grupo, como internet, televisão e rádio.

Os três meses que foram analisados, resultaram num total de vinte e oito edições que continham material que pudesse ser utilizado nesta pesquisa. Essas edições resultaram em 71 trechos, que foram retirados de notícias, entrevistas, charges, piadas, informativos, entre outros. Portanto, alguns recortes eram pequenos e outros bastante extensos. Observou-se que, nos dias em que apareciam referências à Assistência, isso ocorria em várias partes do jornal, podendo-se dizer que, via de regra, ou não aparecia nada sobre o assunto, ou este estava em mais de uma parte da Zero Hora.

Segundo Gregolin (2007), para melhor entender o funcionamento da mídia é necessário analisar a circulação dos enunciados, das materialidades que dão estrutura aos sentidos e às ligações que esses enunciados estabelecem com a história. Pois como o próprio nome evidencia, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade, ou seja, o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta.

Levando em consideração que o jornal pode ser percebido como uma naturalização da verdade e como parte integrante de uma sociedade normalizadora, Fischer (2012) afirma que a análise deve se deter sobre a materialidade das coisas ditas, pois funcionam como verdades numa determinada produção social. (p. 132)

Entende-se verdade como —o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema (Foucault, 2003, p.233).

Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de

poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam. (Foucault, 2003, p.229).

No decorrer das análises, foram encontradas matérias sobre ONGs e pessoas que ajudam como podem, sobre a falta de empatia e auxílio, direitos violados, soluções, culpabilização, perfil e etc, mas quase nenhuma que referenciasse diretamente as políticas, seja pela falta ou pela efetividades destas.

“Fui para lá porque é necessário pensar nos outros. Tem gente que precisa mais, e não nos damos conta disso³”. Enunciados como estes nos convocam a pensar na necessidade de auxiliar aos que necessitam, doando o nosso tempo ou até mesmo o nosso dinheiro, nos tirando da nossa comodidade quando lembram que estes sujeitos *“sobrevivem como bichos, remexendo a imundície, comendo restos”*, apelam para a nossa generosidade e bom senso, afirmando que *“não se pode fazer só o que se gosta”*.

Ou seja, somos convocados a ajudar, pois os chamados ‘cidadãos de bem’ fazem caridade, doam o que julgam necessário, mas desconhecem ou não se envolvem com as políticas. Após uma série de conquistas de direito, que tiveram o seu ápice em 2005 com a aprovação da regulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), poder-se-ia supor que esse modelo de caridade cristã perderia força. Entretanto, no decorrer das análises, evidenciou-se que a assistência ainda está intimamente ligada aos conceitos de caridade cristã. Ainda que atualmente exista uma política pública voltada especificamente para a Assistência Social e contrapondo-se ao assistencialismo, os discursos predominantes no jornal entrelaçam assistência social e caridade.

O ideal metafísico, que crê na benevolência como forma pela qual se alcança o fim esperado, a salvação, a subida ao céu, bem como, uma vida digna na terra, esteve e está fortemente arraigado em nossa sociedade, fazendo com que sejamos subjetivados por ideias como: “quem dá aos pobres empresta a Deus”, que excessos, luxúria e os demais pecados sejam visto com maus olhos, etc. Ainda que o poder da igreja e de algumas crenças tenham diminuído na contemporaneidade, elas ainda se mantem muito presentes.

Por fim, as análises produzidas até agora nos apontam que, se no passado as práticas de assistência dependiam exclusivamente da vontade alheia, e estavam muito vinculadas à ações de beneficência, realizadas tanto por instituições, como os hospitais,

³ Os trechos em itálico são frases selecionadas no Jornal Zero Hora para a produção dos dados da pesquisa.

as igrejas, quanto por pessoas, como religiosas ou nobres, atualmente o cenário destas práticas tem se modificado, mas o caminho a se percorrer ainda é longo. Pois, de acordo com os discursos encontrados, pode-se pensar que embora se tenham realizado mudanças nas conquistas por direitos individuais e coletivos, os discursos relacionando a assistência às crenças cristãs continuam presentes, fazendo com que, na prática, esses sujeitos de direitos sejam percebidos como sujeitos de caridade.

Referências:

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CRUZ, Lílian Rodrigues, GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima & (orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogos com as Práticas Psicológicas*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault*. Arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosario. *Análise do discurso e mídia: A (re)produção de identidades*. Comunicação, mídia e consumo, São Paulo vol.4 n.11 p.11-25 nov. 2007.

Disponível em:

<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaeconsumo/article/viewFile/6865/6201>> Acesso em: Junho de 2015.

LOCKMANN, Kamila. *A proliferação das Políticas de Assistência Social na Educação Escolarizada: Estratégias de governamentalidade neoliberal*. 2013. 317f. Tese (Programa de Pós- Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MELO, Thalita Carla de Lima. *Do controle Social no contemporâneo: Algumas inquietações acerca do trabalho social realizado em um CRAS do interior do Alagoas*. 2012. 182 f. Dissertação (Programa de Pós- Graduação e Psicologia Social do Centro de Educação e Ciências Humanas – Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SPOSATI, Aldaísa, et al. “Serviço social e o assistencial: a colocação histórica da

questão”; In: *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1985.